

CURSO

Direito do Trabalho e Administrativo para Servidores Públicos Federais

A qualificação do servidor leva à maior eficiência no serviço público. Aprenda a aplicar as normas jurídicas a partir de um novo olhar do Direito. Saiba as principais alterações legislativas que serão aplicáveis na sua atuação profissional.

O que eu vou aprender aqui

- Regime Jurídico Administrativo. Princípios da Administração Pública;
- Estrutura da Administração;
- Bens Públicos e regime dos precatórios;
- Servidores Públicos. Regime Disciplinar da Lei 8112/90. Lei de improbidade Administrativa. Regime de Previdência dos Servidores;
- Temas Contemporâneos do Direito do Trabalho – Fontes do Direito do Trabalho. Contrato de Trabalho;
- Temas Contemporâneos do Direito do Trabalho – Sujeitos da Relação de Emprego. Outras Relações de Trabalho;
- Temas Contemporâneos do Direito do Trabalho – Remuneração e jornada;
- Temas Contemporâneos do Direito do Trabalho – Extinção Contratual. Prescrição;
- Temas Contemporâneos do Direito do Trabalho – Saúde e Segurança. Responsabilidade Civil;
- Direito Coletivo do Trabalho;
- Processo do Trabalho I – Fundamentos do Direito Processual;
- Processo do Trabalho II – Fase de Conhecimento;
- Processo do Trabalho III – Recursos. Procedimentos Especiais Ministério Público do Trabalho;
- Processo do Trabalho IV – Execução.

O curso

Este curso destina-se a capacitar o servidor público, com ênfase no servidor público estatutário, munindo-o de conhecimento jurídico para a boa e qualificada prestação do serviço público.

Além disso, o curso contará com módulos que capacitarão o servidor de forma a entender seus direitos funcionais, de forma ampla, abrangidos os direitos decorrentes do Estatuto, bem como os direitos previdenciários. Ademais, o servidor será capaz de compreender e delimitar os seus deveres, de forma a não incidir em conduta antiética ou até mesmo em falta funcional, evitando-se a abertura do processo administrativo disciplinar, de um processo de improbidade ou, até mesmo, criminal.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Regime Jurídico Administrativo. Princípios da Administração Pública

1.1 Codificação e fontes do direito administrativo

1.2 Sistemas administrativos: sistema inglês e sistema francês. Sistema administrativo brasileiro

1.3 Princípios constitucionais da Administração

1.4 Princípios legais da Administração

2. Estrutura da Administração.

2.1 Organização da administração

2.2 Entidades em espécie

2.3 Consórcios públicos

2.4 Órgãos públicos

3. Bens Públicos e regime dos precatórios

3.1 Conceito e classificações

3.2 Características e principais espécies de bens públicos

3.3 Regime dos precatórios

3.4 Alienação dos bens públicos sob a ótica da Nova lei de Licitações

4. Servidores Públicos. Regime Disciplinar da Lei 8112/90. Lei de improbidade Administrativa. Regime de Previdência dos Servidores

4.1 Estatuto do servidor público Federal (Lei 8112/90)- direitos e vantagens

4.2 Estatuto do servidor público federal (Lei 8112/90)- deveres e responsabilidades

4.3 Estatuto do servidor público federal (Lei 8112/90)- Regime Disciplinar

4.4- Lei de Improbidade administrativa

4.5- Regime Previdenciário do Servidor Público Federal (RPPS)

5. Temas Contemporâneos do Direito do Trabalho – Fontes do Direito do Trabalho. Contrato de Trabalho.

5.1. Fontes do Direito do Trabalho. Interpretação do Direito do Trabalho. Aplicação do Direito no Tempo. Princípios do Direito do Trabalho. Novos Paradigmas do Direito do Trabalho.

5.2. Contrato de Trabalho e Relação de Emprego. Pressupostos fáticos e jurídicos. Contratos de Trabalho Proibidos e ilícitos.

5.3. Contratos de trabalho especiais. Contrato por prazo determinado. Contrato de trabalho intermitente. Empregados domésticos. Empregados rurais. Teletrabalho.

5.4. Alteração do contrato de trabalho. Suspensão e interrupção do contrato de trabalho.

6. Temas Contemporâneos do Direito do Trabalho – Sujeitos da Relação de Emprego. Outras Relações de Trabalho

6.1. Outras relações de trabalho. Trabalhador autônomo. Trabalhador eventual. Cooperativas de trabalho. Trabalho em plataformas. Jurisprudência do STF.

6.2. Sujeitos do contrato de trabalho. Empregado. Empregador. Grupo de empresas. Sucessão.

6.3. Terceirização: hipóteses legais. Trabalho Temporário.

7. Temas Contemporâneos do Direito do Trabalho – Remuneração e jornada

7.1. Remuneração e Salário. Normas aplicáveis. Equiparação Salarial. Acúmulo e desvio de função. Outras formas de contraprestação de pelo trabalho.

7.2. Férias. Décimo Terceiro Salário. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Salário-maternidade.

7.3. Duração do trabalho. Limites constitucionais e legais. Horas extraordinárias. Regimes de compensação – hipóteses e requisitos de validade. Parâmetros de apuração. Registro de Jornada.

7.4. Empregados não sujeitos ao regime de horas extras.

7.5. Intervalos intrajornada e interjornada. Adicional Noturno. DSRs e feriados. Jornadas especiais.

8. Temas Contemporâneos do Direito do Trabalho – Extinção Contratual. Prescrição.

8.1. Extinção do contrato de trabalho. Dispensa sem justa causa. Demissão. Rescisão indireta. Dispensa por justa causa. Força maior e fato do príncipe. Morte ou extinção de uma das partes. 6.8. Aviso prévio.

8.2. Garantias de emprego. Gestantes. Acidentária. Dirigentes Sindicais. Representantes na CIPA. Outras garantias de emprego. Dispensa discriminatória. Dispensa arbitrária.

8.3. Prescrição e Decadência

9. Temas Contemporâneos do Direito do Trabalho – Saúde e Segurança. Responsabilidade Civil.

9.1. Saúde e Segurança do Trabalho. Normas aplicáveis. Adicionais de insalubridade e periculosidade. Direito Emergencial.

9.2. Doença ocupacional. Acidente do Trabalho.

9.3. Responsabilidade Civil. Pressupostos. Normas aplicáveis. Indenizações por danos patrimoniais e extrapatrimoniais.

10. Direito Coletivo do Trabalho

10.1. Direito Coletivo do Trabalho. Sujeitos: sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais.

10.2. Negociação coletiva: convenções coletivas e acordos coletivos. Princípios e limites. Poder Normativo. Greve.

11. Processo do Trabalho I – Fundamentos do Direito Processual

11.1. Justiça do Trabalho. História e futuro da Justiça do Trabalho. Organização e Competência.

11.2. Fontes do Direito Processual do Trabalho. Princípios. Normas aplicáveis. Normas de aplicação supletiva e subsidiária.

11.3. Ação, processo e procedimento. Condições da Ação. Pressupostos processuais. Suspensão e extinção processual. Rito Sumaríssimo.

11.4. Sujeitos da relação jurídica processual. Capacidade de ser parte. Capacidade postulatória. Sucessão Processual. Litisconsórcio. Intervenção de Terceiros. Deveres das partes e dos demais sujeitos processuais. Litigância de má-fé e ato atentatório à dignidade da Justiça.

12. Processo do Trabalho II – Fase de Conhecimento

12.1. Atos processuais. Prazos. Validade e eficácia dos atos processuais. Nulidades. Preclusão. Cerceamento de defesa.

12.2. Petição inicial e defesas.

12.3. Audiência Trabalhista.

12.4. Provas. Espécies de provas. Confissão. Provas orais.

12.5. Provas documentais. Validade. Eficácia probatória. Impugnação e preclusão.

12.6. Tutelas Provisórias. Tutelas de urgência antecipatória e cautelar. Tutela de evidência.

12.7. Sentença. Coisa julgada.

13. Processo do Trabalho III – Recursos. Procedimentos Especiais. Ministério Público do Trabalho
- 13.1. Recursos. Princípios. Recursos em espécie. Embargos de declaração. Recurso Ordinário. Recurso de Revista. Embargos. Agravo de instrumento. Agravo de petição. Outros recursos.
- 13.2. Precedentes vinculantes. Normas aplicáveis. Hipóteses. Ação Rescisória.
- 13.3. Procedimentos especiais. Mandado de Segurança. Ação de consignação em pagamento.
- 13.4. Ministério Público do Trabalho. Ação Civil Pública. Direitos transindividuais.

14. Processo do Trabalho IV – Execução

- 14.1. Liquidação e execução. Execução provisória e definitiva. Parcelamento do débito.
- 14.2. Penhora. Bens impenhoráveis. Bens de Família.
- 14.3. Ferramentas eletrônicas de pesquisa e bloqueio de bens.
- 14.4. Expropriação de bens. Fraude à execução.
- 14.5. Defesas na fase de execução. Impugnação à sentença de liquidação. Embargos à execução. Embargos de Terceiro. Exceção de pré-executividade.
- 14.6. Execução contra empresas em Recuperação Judicial em massas falidas.

COORDENAÇÃO

- César Augusto Artusi Babler

Coordenador da Pós-graduação em Direito Público. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCAMP). Advogado Especialista em Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário e Direito Previdenciário. Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo (Unisal). Aprovado e Classificado no 4º Concurso de Provas e Títulos para Outorga de Delegações de Notas e de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo. Professor de Direito Administrativo, Direito Constitucional e Direito Previdenciário para concursos públicos e professor de Direito Administrativo e Constitucional para Exame da OAB e Carreiras Jurídicas.

- Vinícius Taveira

Juiz do Trabalho no TRT da 15ª Região; Mestre em Direito; Especialista em Direito Público; Coautor do livro "Manual Estratégico de Recuperação Judicial: Impactos no Direito e no Processo do Trabalho". e Autor de diversos artigos jurídicos em obras coletivas